

INQUISIÇÃO E DESMITOLOGIZAMENTO DE VALORES NO CRISTIANISMO TEOLOGIZADO: RAZÃO, IMAGINÁRIO E H(h)ISTÓRIA

Carlos André Cavalcanti¹

“O progresso científico é um fragmento, o mais importante indubitavelmente, do processo de intelectualização a que estamos submetidos desde milênios e relativamente ao qual algumas pessoas adotam, em nossos dias, posição estranhamente negativa.”²

“Mais grave que a morte de Deus – que pelo menos deixava o assassino provar sua inocência – é a ignorância dos deuses.”³

Em busca da Inquisição: do medievo à modernidade

A compreensão do devir histórico-cultural do Ocidente necessita de conceitos e noções que possam dar conta de todo o processo de descoberta do discernimento entre religião e cultura, que alguns chamam de secularização e que Max Weber analisou, a ele atribuindo uma noção que serve para o arremate histórico do processo: o Desencantamento do Mundo⁴, do qual buscaremos os meandros protoconceituais adiante. De nossa parte, nos interessa primeiro, mais diretamente, uma noção que reflita a Teoria Geral do Imaginário, de Gilbert Durand. Para o mestre de Grenoble, a sucessão de bacias semânticas que traduzem a dessacralização, a secularização e o desencantamento desaguam no *aggiornamento*:

Em nome da historicidade, dois mil anos de história são sacrificados no altar do aggiornamento que está na moda — dois mil anos de uma lenta sedimentação de crenças, liturgias e dogmas. A antiga árvore de Jessé é anexada alegremente à modernidade humanista. Não só se faz passar a fé antes das obras, como o fez a Reforma, mas ainda líquida-se ‘a religião’, ‘o sagrado’, o ritualístico, quem sabe até ‘as crenças’, em nome de uma curiosa ‘fé’ que se limita, como exegese, ao reducionismo da psicanálise ou

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Associado do Departamento de Ciências das Religiões, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <carlosandrecavalcanti@gmail.com>.

² WEBER, M. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez Editora; Editora da Unicamp, 1992, p. 439.

³ DURAND, G. *Ciência do homem e tradição: o novo espírito antropológico*. São Paulo: Trion, 2011, p. 10.

⁴ O leitor já terá percebido que a nossa conceituação central é outra. O desmitologizamento que propomos difere do desencantamento weberiano, posto que vemos a pretenciosa busca da desativação do mito como bem mais densa enquanto conteúdo histórico do que a difusa redução do encanto pelo mundo. Além disso, o mito é uma noção/ conceito consagrada pela Antropologia. A perfilização de encanto parece-nos ainda inaplicável.

O *aggiornamento* diz muito da contemporaneidade, assim como o Desencantamento do Mundo em Weber nos diz da Civilização do Renascimento e da Ilustração Iluminista como consolidadores sistêmicos da redução da imagem a “louca da casa”, sedimento de alienação e irracionalismos. Sentimos falta em Durand, contudo, de um conceito ou noção que aponte a longevidade histórica e a violência mítica – um tanto heroica, uraniana e diarética – que exilou os mitos da tradição em benefício dos mitos do *aggiornamento*, filhos da soberba do racionalismo com o cientificismo... A noção metanoica que propomos é a de desmitologizamento⁶ de valores. O termo *desmitologizamento* aponta seguro para o movimento de mentalidade que busca desconhecer o mito como fundamento biopsicossocial, reduzindo suas narrativas a meras classificações psicóides. O termo *valores* é weberiano. Refere-se aos conjuntos de valores constelados pela cultura como basilares, em geral ascetes do tempo mundano, tantas vezes afirmadores do poder das hierarquias terrenas diante da magnitude deliberadamente ignorada das hierarquias celestes.

Há uma crítica ao conceito ou noção de Desencantamento do Mundo segundo a qual a secularização não superou as religiões na contemporaneidade ocidental, o que invalidaria o conceito. Considero que o Desencantamento não é incompatível com a percepção de que a religião permanece e cresce em nossos dias. Este conceito ou noção, no nosso modo de ver, não apontou apenas para o futuro, mas partiu, isso sim, de uma sólida e longa percepção que vai do longo processo de intelectualização a que estamos submetidos há milênios até o igualmente milenar afastamento cosmogônico, na tendência monolátrica judaico-cristã, de tudo que fosse “magia”, “outros deuses”, “demônios”, “feitiçaria”, “deuses de outras nações”, etc. Quando tratou do futuro, Weber não excluiu outras possibilidades de vivências religiosas, mas caiu no equívoco do sociólogo que se coloca como um futurólogo não propositivo, que conseguiria prever uma tendência ainda que não a defendesse ou propugnasse e mesmo que a detestasse. Neste sentido, o Desencantamento realmente não permanece crescendo no Ocidente. A noção, porém, é maior que esta constatação. Aliás, ressaltemos as diferenças: as tendências religiosas baseadas no indivíduo – mesmo as neopentecostais – são desprovidas – até aqui, pelo menos – do enorme poder “civilizatório” que teve o cristianismo institucionalizado no passado. Quanto a outras vivências individualizadas, Weber não viveu para ver, na descoberta pelos europeus das “modas religiosas” que ascenderam no século XX fazendo uso da liberdade religiosa conquistada no século XIX, mais do que o início do movimento denominado Ocultismo. Eram e são formas alternativas às religiões do Livro e do clero institucional, empoderado desde Constantino. O mestre alemão não viu a consolidação dos orientalismos e do esoterismo.

Já as formas religiosas cristãs tradicionais foram profunda e indubitavelmente desencantadas das suas narrativas míticas fundantes, das crenças profundas

⁵ DURAND, G. *A fé do sapateiro*. Brasília: Editora da UnB, 1995, p. 56.

⁶ Ressaltamos o uso aqui, para fins conceituais, da palavra desmitologizamento e não da palavra desmitologização. Na língua portuguesa, a terminação “mento” representa um ato realizado, terminado, o que traduz bem a intencionalidade cultural dos atores históricos que buscam mitigar o mito e a imagem em nome da soberba razão.

sistematizadas na inconclusa e frágil catequese medieval. Pouco restou da misericórdia, do “medo de bruxa”, da taumaturgia – hoje “apagada” e imitada em templos pós-modernos, mas sem o pertencimento social fundante de outrora – ou da crença nos milagres hagiográficos e na ascese cotidiana condicionada pelas promessas de outro mundo – mundo melhor, aliás – numa “vida eterna”. Findo este processo histórico – se é que é possível afirmar tal finitude –, abriu-se a cultura para outros campos religiosos. As eventuais argumentações que apontam a não efetivação da anunciada morte térmica do Ocidente pela ausência da espiritualidade podem talvez complementar a posição de Weber se retirarmos da noção de desencantamento a sua pretenciosa escatologia mundana.

Pensando, porém, em um dos passos metodológicos weberianos essenciais, que é o retorno ao passado ao máximo possível, não posso deixar de reafirmar que a base histórica da noção parece-me evidente. Gilbert Durand, como já vimos, refere-se ao *aggiornamento* como consequência contemporânea do Desencantamento, o que retira o escatologismo irrealizado deste último, que acaba por ser substituído pela noção durandiana. É em função desta instabilidade acadêmica na definição deste importante processo de transformações no cristianismo, que tenho, como já anunciei, trabalhado numa noção que busco ir aprimorando aqui, ainda que num estudo temático sobre a Santa Inquisição. O desmitologizamento⁷ surge sem “milenarismos acadêmicos” e busca as narrativas míticas ocidentais (com o aporte da Antropologia do Imaginário) claramente esvaziadas, dessacralizadas, reduzidas a historinhas tolas e banais pela vitória do Tempo Histórico sobre o Tempo Religioso. Na Inquisição Portuguesa, o mitologema que refletiu esta bacia semântica foi o que eu conceituei como Pedagogia do Desprezo, presente no discurso processual dos senhores inquisidores, que transformaram o “medo de bruxa” (séculos XVI e XVII) em desprezo por bruxas, sinônimo de ignorância e desconhecimento da “luz do século” (séculos XVIII e início do XIX).

Trata-se de um processo histórico longo e contundente, que existiu e existe ainda em muitos aspectos, mesmo que com importância reduzida nos dias de hoje. Resta-nos encontrar o conceito ou a noção que dê conta disto. Mesmo em relação ao cristianismo popular, não creio que o “cardápio” mítico disponível hoje seja o mesmo vivenciado antes do período que denomino “teologização do cristianismo” na Idade Média... Ou seja, antes da sistematização aristotélica e tomista do cristianismo e da virada racionalista do século XIII.

A noção de desmitologizamento de valores surgiu da lida com os documentos inquisitoriais em nossa labuta na História quando buscamos compreender além das relações socioeconômicas algo da espiritualidade dos homens da fé. Busco, enquanto pesquisador, caminhar fora das lendas branca (justificadora) e negra (acusatória) da historiografia da Inquisição. Veio a noção de Desmitologizamento, então, para fazer História sem se submeter àquilo que o mestre Durand chamou de “a história dos historiadores” e que eu prefiro chamar de “a história paranoica dos historiadores convencionais”, levando em conta as diversas formas de renovação historiográfica que cada vez mais arejam a área há décadas e que estão fortemente presentes na instituição em que atuo e na unidade em que milito (PPGH-UFPB).

⁷ Que não se relaciona com nenhuma noção de desmitologização, note-se!

Vemos o desmitologizamento dentro das estratégias de dominação mais amplas que Elisabeth Schüssler Fiorenza⁸ propôs conceituar como kyriarcado:

Como sistema sociocultural e religioso de dominação, o kyriarcado é constituído por estruturas interseccionais e multiplicativas de opressão. Os diferentes conjuntos de relações de dominação variam historicamente e produzem constelações de opressão diferentes em épocas e culturas diversas. As posições estruturais de subordinação geradas por relações kyriarcas de dominação e subordinação estão em tensão com aquelas exigidas pela democracia. Por isso, no contexto da democracia grega, a filosofia política ocidental enveredou para discursos e debates destinados a justificar tais estruturas de dominação. Esses discursos políticos de subordinação que configuram as posições dos sujeitos da dominação foram transmitidos pelas Escrituras cristãs e influenciaram decisivamente as formas modernas de democracia.

O kyriarcado, por sua abrangência, poderá nos permitir, no futuro, compor uma teoria geral da Intolerância na história, mas avaliamos que ainda é cedo para esta empreitada. Ainda nos falta inferir a aproximação das constelações míticas e valorativas – de opressão, indica a teóloga – que “causam” a Intolerância Religiosa na história. Desta aproximação, pensamos drenar confluências profundas que apoiariam a Diversidade Religiosa como sendo uma espetacular profusão de imagens da universal angústia humana diante da morte. Fiorenza ressalta o papel das Escrituras cristãs na dissimulação eufemística da dominação. Seria a Inquisição uma grande dissimulação, ainda que provavelmente inconsciente?

Por enquanto, para que pudéssemos chegar ao conceito de desmitologizamento de Valores, rompemos com uma certa “desordem explicativa” que tem marcado o tema inquisição. A permanente análise de casos específicos de réus nominados geneologicamente pode encobrir uma armadilha: em plano inferior, deixa-se o entendimento do movimento histórico que gerou a Inquisição, abrindo espaço para explicações gerais de cunho emocional. Sobrepujar o “uso dramático” deve permitir uma nova ou até uma outra historiografia da História Moderna. Trabalhamos detidamente vários processos portugueses contra a feitiçaria. Os casos encontrados em processos inquisitoriais são considerados em nosso ofício como narrativas que, somadas às narrativas regimentais e aos estilos inquisitoriais, representam o imaginário da Inquisição em sua face *medo de bruxa*.

O desmitologizamento de Valores de que tratamos, então, foi aplicado a um movimento de mentalidade que ocorreu dentro do Tribunal do Santo Ofício e compõe-se das seguintes características: (1) desmitificação das culpas de feitiço com a desautorização pública da crença no “medo de bruxa”; (2) secularização/mundanização da processualística inquisitorial investigativa de cunho probabilístico

⁸ FIORENZA, E. S. *Caminhos da sabedoria: uma introdução à interpretação bíblica feminista*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009, p. 137.

pleno e imanente; (3) esvaziamento do mito formador da própria Inquisição, posto que calcado no uso de provas “racionais” para demonstrar culpas “irracionais” agora cada vez menos críveis. A verificação destas três componentes do desmitologizamento no Santo Ofício deverá permitir perceber que os objetivos e ações investigativas inquisitoriais foram capazes de promover a desvalorização mítica dos princípios “teológicos” heréticos e das próprias noções teológicas católicas. Dialeticamente, o Tribunal promoveu, ao final de três séculos de desmitologizamento, a sua própria superação. Os inquisidores eles mesmos deixaram de ensinar o medo para ensinar o desprezo.

Historicamente, o desmitologizamento vem de longe, bebe da mesma tradição de que se vale Weber para demonstrar o caráter redutor das religiões do Livro para a estigmatização da magia e de outros deuses. Ele foi aprofundado com a oficialização do catolicismo como religião de Estado, ligada ao poder temporal. Ainda no século IV, operou-se “a passagem do cristianismo de religião ilícita para religião lícita”⁹. Há um cenário de lutas internas que define este processo. Santos mais espiritualizados, por exemplo, continuaram a surgir ou a receber a veneração dos fiéis na esteira da tradição de Bento e de Antão, como São João da Cruz, mas a hegemonia dos setores hierárquicos próximos às autoridades seculares tornou-se a marca da Igreja medieval. Bento, aliás, é tido por Daniélou e Marrou como “santo de tipo bem oriental: também ele é taumaturgo pneumático, carismático, segundo a tradição inaugurada por Santo Antão”¹⁰.

Os católicos vivenciaram intensamente a aproximação com o poder constituído. O caminho de estruturação de um imaginário que se proporia libertar espiritualmente o homem de todas as formas de opressão, terrenas e celestes, foi abandonado solenemente em nome de um esforço hercúleo para oficializar toda e qualquer expressão de fé, contemporizando-a com a oficialização do credo. É possível que este caminho tenha levado, séculos depois, à Reforma Protestante, onde o exercício do poder temporal passou a ser visto com ainda maior “naturalidade”, levando Max Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* a dedicar nota específica a esta tendência, onde escreveu que há “uma comum boa vontade” do “clero luterano, em oferecer-se como colaboradores (sic) da política por simpatia geral à autoridade, quando queriam condenar a greve como pecado e os sindicatos como promotores de cupidez (...)”¹¹.

O esforço desmitologizador tentou engessar os mitos e seu significado transcendente para permitir a togacização do clero. A História do desmitologizamento nos leva de volta ao período em que a Igreja aliou-se a Constantino pelo convite deste príncipe, que muito provavelmente tornou-se um cristão helenizado pela influência de sua mãe, que viria a tornar-se Santa Helena de Constantinopla para os ortodoxos, e a Teodósio, que criou a dicotomização final entre pagãos e cristãos, para o beneplácito destes últimos. As consequências políticas e teológicas deste doloroso processo, levaram a uma inclinação da cristandade para formas

⁹ FRANGIOTTI, R. *História das heresias (séculos I-VIII)* – conflitos ideológicos dentro do cristianismo. São Paulo: Paulus, 1995, p. 161.

¹⁰ DANIELÉLOU, Jean & MARROU, Henri. *Nova história da igreja*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 434.

¹¹ WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1983, p. 145.

“distanciadas” dos seus próprios mitos fundadores, quais sejam a vida comunitária, a fraternidade radical entre os pares e a inexistência de hierarquias longas em degraus distanciadores do leigo para o clérigo. Tentativas de (re)mitologização resultaram em movimentos internos que buscavam compensar a influência de uma divindade “secularizada”, onde um aspecto místico aparece escamoteado pelos símbolos imanentes do exercício do poder temporal.

A Igreja – que foi assumindo e pondo a seu serviço a filosofia grega, a ascese e a moral estóicas, alguns ritos e festas pagãs – agarrou-se depois ao braço secular, à força da espada e dos decretos imperiais.¹²

Teologicamente, a conseqüência mais sentida é que, a partir do dogma de Nicéia, declarando a igualdade substancial de Cristo com Deus, colocando-o no mundo divino-celeste, ele se distanciou dos fiéis. Passou a ser tratado sempre como Deus, como segunda pessoa da Trindade. Logo após o Concílio de Nicéia, apareceram as primeiras imagens de Jesus Cristo vencedor, revestido da púrpura imperial. Mais tarde, as figuras de Pantocrator, o Cristo todo-poderoso, dominador dos reinos, nos traços e feições do imperador bizantino. Um clima de terror se espalhou entre as massas, especialmente no Oriente. O sacrifício da missa, a basílica, a mesa do altar e outros objetos 'sacros' receberam os adjetivos fríktos (temíveis) e féberos (terríveis). A missa bizantina passou a ter uma entrada solene em que o coro saudava o Cristo glorioso, triunfante, na pessoa do sacerdote, como rei da criação. Os fiéis se prostravam à passagem do celebrante e uma nuvem imensa de incenso invadia a nave da basílica. Por outro lado, o vazio deixado pela humanidade de Jesus, pela afirmação exclusiva de sua divindade, começou a ser preenchido pelo florescimento do santoral, da mariologia e das relíquias. Surgiram os novos mediadores, entre o povo e Cristo-Deus.¹³

As primeiras ações disciplinadoras que podemos chamar de inquisição na igreja cristã impulsionaram o desmitologizamento ao tentar banir os hereges, que floresceram com certo vigor após a aproximação entre a Igreja e o Estado. De certa forma, a imperiosa necessidade de uma Inquisição institucionalizada a se somar aos tribunais diocesanos e que foi se consolidando até tornar-se realidade no século XIII, pode ter sido resultado do cansaço da própria fórmula que uniu os reis e os sacerdotes cristãos, não só por necessitar combater as heresias que se fortaleciam em virtude da força do cristianismo romano – o Cisma dos ortodoxos já ocorrera! – como religião de Estado, mas também para impor aos fiéis novos

¹² Grifo nosso.

¹³ FRANGIOTTI, *História das heresias...*, p. 162-163.

motivos de *estímulo* na vivência da fé.

O conceito/ noção de desmitologização de valores, então, nascido da necessidade de se fazer pesquisas sobre os fundamentos fundantes do semantismo profundo da Inquisição, tem ou pode ter aplicações múltiplas desde que seja mais burilado e amadurecido enquanto noção metanoica transdisciplinar. Há possíveis usos futuros também para um nível histórico mais geral de análise da História Moderna e Medieval como um todo. Há ainda possibilidade de utilizá-lo para o estudo de outros procedimentos inquisitoriais, mesmo ocorridos em outras nações europeias. Até nas nações onde não existiu o Tribunal, mas onde o Estado tomou para si a ação inquisitorial, como na França, talvez seja possível obter bons resultados científicos com base no conceito exposto. Para além disso, vislumbramos a possibilidade de outra confluência: entre esta noção que propomos aqui e a História do Imaginário.

H(h)istória das Religiões e da Inquisição

A análise histórica situa os valores em “seu mundo”, em seu contexto. Justificativas históricas sempre existirão para tudo; para o genocídio indígena americano; para o massacre do Contestado; para o Golpe Militar de 1964. Nós não entraremos nesta discussão em relação ao Tribunal, pois estamos convictos de que o falseamento analítico aí implicado, que dramatiza e multiplica o caráter desumano dos sistemas intolerantes, faz a propaganda dos algozes, presta desserviço às vítimas e embota gravemente um projeto civilizador em que se pretende *vir a ser* a humanidade livre dos *autoritarismos*. Não sendo um “xerife”, como advertiu Marc Bloch¹⁴, o historiador deve apontar a interação entre os agentes históricos e os interesses envolvidos, além de suas consequências, como a exclusão de grupos sociais e a dominação, resultantes destes movimentos no processo histórico.

Um estudo de História pode ter muitos significados. A própria palavra, não custa lembrar, carrega em si dois sentidos: história (Historie, no alemão, língua que bem diferencia os termos) é o passado humano com seus “fatos”, que são o objeto/ tema de estudo de que trata a ciência chamada História (*Geschichte*). Em português a palavra é a mesma: História com maiúscula diferenciar-se-ia como ciência de história, que designaria o passado histórico.

O trabalho com a História está delimitado pelas hermenêuticas científicas, que se vinculam a paradigmas do conhecimento. No estudo da Inquisição Moderna é fundamental entender o paradigma tradicional formador do mundo moderno, pois o mesmo modelo que inspirou a ciência influenciou a Inquisição. É o modelo “clássico”, de base empiricista e aplicabilidade mecanicista. É hermenêuticamente redutor e tende ao cientificismo e ao racionalismo. Este modelo trouxe, porém, as conquistas humanistas e iluministas, mas também exilou a imagem e procedeu a uma profunda tentativa de desmitologização da cultura ocidental. Não é, porém, o único modelo de conhecimento que temos, mesmo que ainda seja hegemônico. Talvez até se possa propor um plural: paradigmas científicos. Hoje, aquele paradigma que se erguia com o advento da Idade Moderna – e que influenciou

¹⁴ BLOCH, M. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

tanto a Inquisição quanto o pensamento científico – vive o seu lento declínio. Numa era como a nossa, de ruptura dos valores tradicionais no saber, na ética e na moral, torna-se importante abordar o tema *paradigmas* com precisão, pois não se trata aqui apenas do nosso marco teórico, mas, em parte, do contexto de mentalidade que circundava o próprio Santo Ofício. Nesta confluência paradigmática está o encontro temático das mentalidades desmitologizantes tanto na ciência quanto na inquisição. São desmitologizamentos siameses, mas de costas um para o outro, o que dá a falsa ideia de que os inquisidores teriam lutado contra a “racionalização do mundo”, quando, na verdade, eles foram parte fecunda e importante deste processo. Com isso, nos vemos na contingência de analisar duplamente este aspecto da racionalização modernizadora do Ocidente, o que reafirma a necessidade de um quadro teórico bem consolidado que permita conceituar a Inquisição Moderna levando em conta este aspecto definidor do seu etos. Evitamos assim o que seria uma difusa “História sem teoria”, que consideramos ser quase um gênero literário baseado em fontes históricas – capaz, porém, de produzir textos importantes para serem resgatados para o trabalho científico. A História ateórica (?) é incongruente com o trabalho acadêmico. Procuramos, então, conceituar e até reconceituar a Inquisição do modo que nos pareceu mais acertado.

Para uma primeira aproximação do tema, vemos que é preciso nos advertir a nós mesmos quanto a uma armadilha que denominamos de “História das obviedades”, onde reside aquela visão mecanicista do papel que a Inquisição representou para a evolução do processo histórico. Precisamos desautorizar, a priori, alguns “conceitos usuais” sobre o Tribunal do Santo Ofício e a conjuntura histórica que o cercou, quais sejam: a) – o Tribunal teria sido apenas o instrumento de resistência de uma Igreja Católica atrasada que havia perdido o “bonde da História” por causa do advento do Mundo Moderno; b) o ato inquisitorial seria exclusivamente uma forma de encobrir interesses outros, como o confisco de bens e as pressões da nobreza contra a burguesia em ascensão; c) a Idade Moderna fora apenas um período de grande esplendor cultural e artístico, com o advento do Renascimento e com os ares renovadores da Reforma Protestante. Ao contrário do que às vezes ocorre quando se analisa o Tribunal, tais ideias não serão aceitas aqui como inquestionáveis.

Estes três pontos já foram verdadeiros ícones intocáveis da História. Documentos e estudos dados à luz nas últimas décadas impedem a continuidade de tais crenças. Lembramos, por exemplo, o excelente trabalho de Derek Wilson e Felipe Fernández-Armesto¹⁵ sobre a Reforma Protestante. Indicamos as pesquisas de Sonia Siqueira¹⁶, e de Francisco Bethencourt¹⁷, sobre a Inquisição, seu sentido, seu momento. Vemos incluído neste quadro o trabalho do brasileiro João Bernardino Gonzaga (1993) sobre o Tribunal do Santo Ofício, ainda que possua viés confessional em vários trechos. Na origem desta reformulação do *olhar histórico*, apontamos o clássico

¹⁵ FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. & DEREK, W. *Reforma: o cristianismo e o mundo – 1500-2000*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

¹⁶ SIQUEIRA, S. *A inquisição portuguesa na sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978. _____ . *O momento da inquisição*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

¹⁷ BETHENCOURT, F. *O imaginário da magia: feitiçeras, saluadores e nigromantes no séc. XVI*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1987. _____ . *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

História do Medo no Ocidente, de Jean Delumeau¹⁸. Estas e outras obras ajudam a livrar-nos de um mito renascentista que nos impregnou fortemente: a pretensa dicotomia totalizante “luz X treva”. A força deste “mito” está na extrema simplicidade a que aparentemente se consegue reduzir o complexo mundo da História. Nele, tudo pode ser explicado com a elucidação de poucas variáveis.

Enquanto objeto de estudo da História em si, o tema *Santa Inquisição* vem sendo às vezes mal compreendido e mal abordado, numa concepção reducionista com a qual buscamos romper. Sendo assim, ao recolocar o olhar sobre o objeto, estamos reformulando o modelo com o qual geralmente trabalha a historiografia que tem se dedicado ao assunto. A História sustenta ainda fortemente o modelo mecanicista do mundo. A ciência que deu sustentação a esta antiga concepção foi a Física, mas já a abandonou em seus centros mais avançados. É nas ciências humanas que tal concepção ainda resiste. A “História dos historiadores” é, quase sempre, uma busca de sentidos “naturais” para explicar o homem em sociedade.

Enfocamos rapidamente o antigo paradigma para demonstrar sua confluência com a Inquisição Moderna e para superá-lo no uso teórico-metodológico. Metaforicamente, como se fora um relógio ou uma máquina que realiza tarefas em consequência de ações coordenadas, a História seria compreensível através de modelos. Um tempo mecânico, com ritmo perfeito, seria o pulso do processo. Este modelo evolucionista da ciência histórica tem a pretensão de tocar num ponto crucial da concepção de vida do homem contemporâneo: a dissimulação da morte. Daí a força que tem tido a ilusão evolucionista. É noção que vem do Iluminismo, mas que está magistralmente elucidada por Max Weber. O mestre alemão a vinculou à ideia de desencantamento do mundo, segundo a qual há um processo de crescente intelectualização da vida. Após conjecturar sobre a imponderabilidade da vida financeira de um cidadão ocidental, Weber, em um dos seus escritos mais importantes, esclareceu:

*A crescente intelectualização e racionalização não indicam, portanto, um conhecimento maior e mais geral das condições sob as quais vivemos. Significa antes, que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, poderíamos, bastando que o quiséssemos, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível no decurso de nossa vida, ou, em outras palavras, que podemos dominar tudo por meio de cálculo. Isto significa que o mundo foi desencantado. Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar os espíritos ou exorcizá-los, como fazia o selvagem que acreditava na existência de poderes misteriosos. Podemos recorrer à técnica e ao cálculo. Isto, acima de tudo, é o que significa a intelectualização.*¹⁹

¹⁸ DELUMEAU, J. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁹ WEBER, *Metodologia das ciências sociais*, p. 439-440.

A consequência deste desencantamento intelectualizador, Weber vai buscar em León Tolstói, pois para o homem civilizado, após este longo processo cultural, a morte perdeu o sentido:

*[...] a vida individual do civilizado está ‘imersa’ no ‘progresso’ e no infinito e, segundo seu sentido imanente, esta vida não deveria ter fim. Com efeito, há sempre uma possibilidade de um novo progresso para aquele que vive no progresso. Nenhum dos que morrem chega jamais a atingir o pico, pois que o pico se põe no infinito.*²⁰

Segundo Durand, neste mesmo sentido, “Nossos séculos orgulhosos da modernidade exigem justificação do devenir, do envelhecimento, da morte, do mal que atinge sua soberba humanista”²¹. Para a História, a consequência é a adoção, nas entrelinhas, desta sensação cotidiana de que as sociedades humanas estariam evoluindo inexoravelmente para um destino que já é conhecido, pelo menos, em suas linhas gerais e que será melhor que o presente. Esta noção é a negação aparentemente absoluta do nosso terror diante do tempo. O horror do tempo força o homem a criar interpretações do mundo. Do horror do tempo chegamos rapidamente ao horror da morte. A cultura do ocidente levou uma de suas mais importantes expressões – a ciência – a “resolver” este dilema com uma espécie de metafísica da matéria que é a “mecânica do mundo”. Deste paradigma clássico, que já dá sinais de cansaço há tempos, beberam muitos pensadores.

Esta temática interessa duplamente ao leitor deste trabalho. Além de servir para o posicionamento teórico-metodológico, é indispensável para a compreensão do conceito de desmitologização, sobre o qual se construiu nossa argumentação. Acreditamos que a intersecção ficará evidenciada. Dialecticamente, para explicar o processo desmitologizante, precisamos de um cenário teórico que beba numa tradição não evolucionista e não racionalista, daí a utilização e a junção das obras de Weber e de Durand²².

Kant sistematiza o modelo historiográfico clássico tradicional

Para esclarecer sem restos de dúvidas aquilo que consideramos como paradigma clássico, buscamos em um dos mais ricos sistematizadores e fundadores da hermenêutica histórica (Geschichte). Vem da filosofia, com Immanuel Kant, o argumento que completa esta compreensão, pois demonstrou em sua complexidade e riqueza o modelo evolucionista tradicional da ciência histórica com a firmeza do filósofo e com o entusiasmo de quem o fazia numa época bem anterior à sistematização científica da História. Era ele cômico, porém, dos limites desta pretensão “universalidade” cosmopolita por sabê-la originada numa determinada sociedade, que é a sua própria, ocidental e burguesa. Num texto indispensável, chamado *Idee zu einer Allgemeinen Geschichte in Weltbürgerlicher Absicht* (Idéia de uma História universal de um ponto de vista cosmopolita), o filósofo teria

²⁰ WEBER, *Metodologia das ciências sociais*, p. 439-440.

²¹ DURAND, *A fé do sapateiro*, p. 82.

²² DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença, 1989.

desvendado o propósito da natureza na determinação do devir histórico:

Enquanto (os homens e os povos) perseguem propósitos particulares, cada qual buscando seu próprio proveito, e freqüentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente, como a um fio condutor, o propósito da Natureza (Naturabsicht), que lhes é desconhecido, e trabalham para sua realização, e, mesmo que conhecessem tal propósito, pouco lhes importaria.²³

Sistematizando o tema, Kant elaborou oito proposições para sua demonstração. Delas, destacamos o projeto histórico ao qual se atribuiu a esperança de uma constituição política perfeita de inspiração iluminista (*Aufklärung*), onde os homens teriam que conquistar a felicidade, impossível na nossa condição natural. A Ciência da História virá, tempos depois, inebriada pelo papel de objetivadora deste projeto. Seguindo esta linha de raciocínio, a História deveria ser capaz de indicar uma ordem social melhor e estaria, então, forçosamente levada a aquilatar o nível de justiça e correção das sociedades humanas sobre as quais se debruça para análise. O estudo de temas fortes e complexos da Intolerância Religiosa, como o Tribunal do Santo Ofício, fica, em geral, bastante comprometido por um posicionamento baseado nestes princípios, já que o historiador julga conhecer ou pelo menos deseja intervir no futuro e, portanto, saberia o que é preciso extirpar ou manter para realizar tal objetivo escatológico mais rapidamente. Neste julgamento, pode ocorrer o encobrimento de valores, conscientes ou não, de posturas historiográficas historicamente equivocadas e talvez até de alguma ideologia...

Ilude-se esta historiografia evolucionista ao considerar de forma simplória e maniqueísta a relação da Intolerância Religiosa institucionalizada com o processo histórico. A relação é complexa e difusa. Às vezes, inquisição e razão se misturam e se confundem, como demonstramos aqui, por exemplo. O modelo kantiano e seus congêneres não abarca o contraditório profundo da Inquisição, apesar de abrir amplo espaço para a complexidade do humano.

O grande entrave, aliás, para realizar o projeto histórico não seria outro: o próprio homem, por ser, em geral, movido por desejos de autoproteção, pela ação da ganância e pela cobiça. Isto levou Kant a uma outra constatação importante: a liberdade humana é a liberdade de vivenciar os antagonismos. Como as árvores, que disputam o direito de ter o sol batendo em suas copas superando-se umas às outras em tamanho e força, os homens tornar-se-iam melhores e mais fortes à medida que são impelidos pelo desejo de superar os demais. Nesta metáfora das árvores, o sentido do devir histórico para Kant: há um propósito da natureza, mas há que haver a vontade do homem...

Temos, então, os dois pilares da “História dos historiadores”: (a) trata-se de um saber que tem uma missão para a humanidade, qual seja, a de realizar o “projeto histórico” e (b) este saber captaria a essência da vida em sociedade, que seria o

²³ Grifo nosso. KANT, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

antagonismo, a competição e o conflito entre os homens. Podemos resumir assim os princípios que norteiam este modelo:

- 1 - A História é regida por leis imperceptíveis para o homem comum.
- 2 - A História não para, pois está evoluindo num certo sentido condutor.
- 3 - Uma nova ordem surgirá dos conflitos entre os homens e será ou deve ser uma ordem melhor.
- 4 - Há uma teleologia da Natureza agindo nas transformações do mundo.
- 5 - O historiador deduziria, do seu saber, valores éticos e morais, fundantes da nova ordem.

Kant, porém, não foi um reducionista ou um simples historicista. Sua forma de percepção do real ultrapassa o modelo simplificado de outros historiadores densamente iluministas, no sentido que Rouanet dá ao termo Iluminismo, como Marx, por exemplo. Por isso o escolhemos para ilustrar o paradigma clássico, pois ele demonstra em sua obra que o que há de “novo” no “velho” não deve ser desprezado. Eles se imbricam em vários aspectos, mesmo que se oponham e se descontinuem em tantos outros.

Nosso problema está na relação/ repercussão deste modelo com/para a H(h)istória das Religiões – incluídos aí o tempo mítico religioso, as suas vivências e seus rituais, além da forte influência das ideias religiosas na história. Mais especificamente, nos deteremos rapidamente na relação do modelo com a História da Inquisição.

Uma análise acurada da historiografia que estuda a Inquisição poderia identificar em muitos autores os componentes listados do pensamento kantiano como “clássicos”. Acalentados pelo próprio Kant, por Marx ou por outros pensadores, tais conceitos impregnaram-se tenazmente na História e quase se confundiram com ela. Para boa parte da cultura ocidental, no “modus vivendi” desta ciência histórica atual permanece certo evolucionismo cientificista que ainda busca na análise das sociedades humanas a pretensa exatidão e firmeza das leis da Física e as condutas laboratoriais da Biologia. Mesmo que uma imensa (!) renovação historiográfica tenha ocorrido no século XX, para o estudo da intolerância permanece vivo o determinismo escatológico e “humanista” enraizado no cosmopolitismo ilustrado e iluminista. E ressalve-se mais uma vez que o modelo clássico não é tão simplório, ainda que tantas vezes pareça sê-lo. Um Kant aprofundado, inclusive, que vê o real aproximativamente, evitando o conceitualismo redutor, é inspirador dos tipos ideais e da metodologia problema/ hipótese de Weber, onde as assertivas conclusivas e a busca por leis universais explicativas da história não preponderam. Além disso, Kant é inspirador do pensamento crítico e autocrítico contemporâneos.

Com Michel Maffesoli²⁴, porém, vemos o esgotamento do que ele chamou de *saber paranoico*. Maffesoli define a paranoia como uma busca obsessiva da grandeza desmedida, do domínio do mundo e da explicação do todo. É uma metáfora com o próprio cientificismo, que reivindica para si uma situação de superioridade. A este saber paranoico opor-se-á outro igualmente científico: a *postura metanoica*, que

²⁴ MAFFESOLI, M. *O conhecimento comum*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 22.

insiste “na natureza, no sentimento, no orgânico e na imaginação”. Max Weber já admitira que o desafio é romper com o mecanicismo sem sair da seara científica, ou seja, continuando a buscar um saber universalmente aceito. Para isso, é também preciso evitar “uma ideia muito difundida de que a ciência se tornou um problema de aritmética, que se realiza em laboratórios ou em gabinetes de estatística, não pela ‘pessoa total’, mas por uma razão fria e calculista, como algo produzido numa fábrica”²⁵.

Mesmo sem ainda dispormos de um novo modelo teórico próprio para redirecionar plenamente o fazer da ciência histórica – a Teoria do Imaginário ainda precisa maturar um método histórico-historiográfico mais específico, mesmo que a produção para a História do Imaginário já seja significativa –, sabemos já ser possível refazer a *imagem* do objeto de estudo, abandonando conceitos comprometidos com o paradigma anterior e redimensionando criticamente os diversos componentes disponíveis para a análise. Há uma intuição imemorial da História, que é base para um outro paradigma. Grande parte das sociedades humanas consolidam-se nesta intuição de unidade que tem nos laços do *passado conhecido* apenas uma componente mais “visível” aos olhos do cientista. Componentes outras, presentes na linguagem, no imaginário e nas teofanias, estão fora de preocupações usuais da História. Contudo, estas facetas aflorarão cada vez mais com o aprofundamento da crise do cientificismo e sua substituição por um novo paradigma.

Num ponto convergem todos os paradigmas que transparecem no debate acadêmico ocidental: o saber deve promover a felicidade humana. Uma História eternamente “justificadora” das “injustiças” e “atrocidades” só contribuiria para propagá-las como se fossem algo natural, inerente ao devir histórico. A maior virtude de uma análise através do prisma do imaginário é poder perceber a universalidade dos mitos e, com ela, a universalidade do “sonho” de felicidade e paz que está presente até mesmo nas culturas que nosso olhar possa considerar mais “atrozes”. Homens que viveram na mesma época e no mesmo “mundo da Inquisição”, fizeram fortes críticas à crueldade dos *homens da fé*. Alguns, como o teatrólogo Antônio José da Silva, o Judeu, pagaram com a vida por tais críticas²⁶. Devemos questionar: serão estes críticos tão alienados do seu tempo e lugar que poderíamos, apressadamente, concluir que o Tribunal do Santo Ofício seria uma “exigência do momento histórico”? Reconhecemos, por exemplo, o valor historiográfico do trabalho de João Bernardino Gonzaga²⁷, que indicamos como leitura obrigatória para os que se interessam pelo assunto. Porém, seguimos outro caminho da análise científica, com seus defeitos e com suas virtudes.

A duplicidade de significado do termo *História*, à qual já nos referimos, serve para um paralelo. É a pluralidade e a vivacidade da história (história = passado das sociedades humanas) que impede a exagerada simplificação da História (História = ciência). A Santa Inquisição tem sido facilmente apresentada como o “monstro opressor” cujas monstruosidades estariam na alma dos inquisidores

²⁵ WEBER, *Metodologia das ciências sociais*, p. 436.

²⁶ DINES, A. *Vínculos do fogo: Antonio José da Silva, o judeu, e outras histórias da inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

²⁷ GONZAGA, J. B. *A inquisição em seu mundo*. São Paulo: Saraiva, 1993.

e na lógica do Tribunal. Isso contribuiria para combater a intolerância, o que não é verdade. Procuramos, em outros trabalhos, desmontar esta versão equivocada através da constatação de inspiração weberiana, em que a História se faz com valores moralmente aceitáveis. A história do homem é uma história da moral, ainda que esta varie amplamente no tempo e no espaço. O homem não atua para ser “monstruoso”, pois ele depende de sua crença algo ética (de convicção ou de responsabilidade) para se sociabilizar. Todo e qualquer “processo histórico” depende de sua aceitação em termos qualitativos e éticos. Poderíamos simplificar este princípio: não há sociedade humana que sustente secularmente uma instituição ou um poder tido em seu próprio seio como nefasto. Tanto o “grupo-Inquisição”²⁸ quanto a quase totalidade da sociedade que o rodeava estavam ciosos de seu papel salvacionista e convictos da correção ético-religiosa de sua ação.

Além deste contexto ético, é preciso discernir o contexto histórico, pois há um tema “delicado” que deve ser abordado também para o estudo do Santo Ofício: o significado do sofrimento humano. É certo que há uma busca incessante da universalidade do saber científico para a compreensão do sofrimento. Inegável, porém, é sua contextualização histórica. Por exemplo: o século XX viu nascer conquistas médicas que diminuem a dor física de forma impensável anteriormente. Esta conquista tecnológica repercutiu diretamente no cotidiano dos ocidentais, que passaram a recusar sofrimentos provenientes da dor, antes vistos como normais e inevitáveis. Por mais estranho que possa parecer, algo semelhante ocorreu com as penas que o sistema judicial aplicava. Contextualizar – não se diz justificar!! – é papel do historiador, que enriquece a análise e resulta da/em honestidade científica.

O homem do medievo convivia com situações onde a dor era vista com muito maior naturalidade que em nossa sociedade do limiar entre os séculos XX e XXI. Claro que isso não o tornaria mais condescendente em sofrer tais sensações só por desconhecer técnicas modernas, como a anestesia e o *laser*. Há uma determinante universal inata, que aflora quando da vitimização de um réu, por ação intolerante, em qualquer sociedade humana, tornando-o digno da solidariedade alheia, segundo valores humanistas. Não há um quadro valorativo que seja cultural e historicamente possível em que uma sociedade humana aceitasse, de forma absoluta, a opressão e a conduta repressora danosa vazias de sentido. Um “totalitarismo” absoluto, para ser digno do significado ontológico da palavra, só é possível no “laboratório” idealizador das Ciências Sociais. No *mundo vivido* (*Lebenswelt*) permanece o espaço para a crítica e para a revolta contra o opressor. Em função disto, há também, dialeticamente e também contraditoriamente, o contrário da atitude opressiva: valores éticos universais e atemporais de defesa da vida humana, considerados válidos pela cultura ocidental a que pertencemos.

Transcendência e Desmitologizamento no cenário da Inquisição

Deduzimos, então, que o sentido profundo de toda ética é necessariamente transcendente no sentido de que a vida humana quando vivida apenas em função do entorno imediato do imanente do ser não implica em respeito ao outro ou em

²⁸ CARVALHO, J. C. de P. “A Inquisição e o problema da alteridade: uma abordagem da antropologia profunda”. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 18/19. n. 1/2, 1987.

limites e em enquadramentos de conduta. O homem reduzido à imanência deste mundo não tem em si as narrativas míticas fundantes do outro enquanto igual. O espelho que reflete a imagem de si no outro é transcendente. A transcendência, enquanto relação do homem com o Universo e com Deus ou com o não-imanente (na falta de termo melhor), recebe muitas denominações, mas se estabelece como uma tentativa de vencer o tempo e, portanto, superar a morte. A morte, que está subjacente a todo o imaginário humano, pode ser enfrentada, mas não vencida. Desta condição nascem valores de harmonia, integração e superação de diferenças. As imagens “vencem” a morte e são terapêuticas e estruturantes da psique, tanto individual quanto coletivamente. Saber e compreender o sentido da relação entre o desmitologizamento de valores e a espiritualidade é perceber tanto no Tribunal quanto no conhecimento científico a substituição das imagens arquetípicas da morte advindas da tradição cristão – ou da tradição católica, se preferirem – pelas “novas” imagens de vida e morte que o racionalismo e a razão trazem consigo. Imagens que possuem muitas repercussões na cristandade: desde a Sola Scriptura de Lutero até a transformação das imagens simbólicas em metáforas simplificadoras da “mensagem essencial”.

Há uma simbiose de vários fatores que apontam para o mesmo processo de modernização da vida no Ocidente no período que nos interessa. Tal processo, dito desta forma genérica, pode não traduzir com exatidão o caráter multifacetado que ganhou em nosso trabalho. No campo teórico, os ditames iluministas da modernidade aparecem como precursores antagônicos do paradigma novo que abraçamos. No nosso objeto de estudo, a modernidade mostra-se duplamente presente: como cenário histórico que emoldura o período estudado e como agente no desmitologizamento da Cristandade. O mesmo desmitologizamento do saber que a modernização ajuda a impor à Cristandade e ao Santo Ofício é razão para rompermos com o paradigma científico dela proveniente, em busca de uma ciência que (re)encante ou (re)imagine o mundo.

A aparente distinção entre o *objeto de estudo* e o *conteúdo teórico-metodológico*, cada qual do seu lado, leva-nos ao hábito de encará-los como totalmente separados. Neste trabalho sobre o Santo Ofício temos uma experiência prática que chegou singularmente a uma aproximação: um único paradigma da História influenciou o processo de desmitologizamento da Igreja Católica e, ao mesmo tempo, a consolidação da ciência histórica que hoje nos ajuda a compreendê-lo. É uma rica e significativa confluência, pois estudamos na Inquisição aspectos do que nós próprios somos hoje!!!! Assim, percorremos o paradigma com duplo objetivo: permitir o enquadramento teórico e compreender as relações deste com a História da Inquisição, enquanto componente de sua mentalidade. A noção científica entre estas duas preocupações é, como indicamos, a de desmitologizamento. Esta aproximação paradigmática é valiosa ao demonstrar que, na origem do cientificismo também estão conceitos que inspiram processos intolerantes inquisitoriais tão profundamente negados pelo discurso de superioridade da ciência clássica. Isto permite recompor a relação conceitual entre dois temas aparentemente conflitantes: Inquisição e Mundo Moderno. Ajuda a perceber um pouco do pecado de angelismo que atinge a ciência

do homem, como adverte acertadamente Durand num livro essencial²⁹.

Há uma complementaridade entre a ação do Tribunal do Santo Ofício e sua conjuntura histórica moderna. O “senso comum” acredita que a Inquisição opunha-se ao moderno em nome do místico, pois teria sido apenas um longo ato de defesa dos valores “medievais” decadentes, representando forças que se opunham às transformações encarnadas pelo Renascimento, pela Reforma, pelas Grandes Navegações, etc. Enxergamos nesta “dialética” uma falsa dicotomia. A Inquisição, na verdade, se opôs ao místico em nome da racionalização investigativa/ teológica e da unidade também teológica da fé cristã. Esta relação de complementaridade é anterior ao mundo moderno: o cristianismo buscou, desde os seus primórdios, afirmar sua unidade e combater particularismos e heresias. O espírito do mundo moderno está em sintonia com esta busca, na medida em que, em linhas gerais, recusa o místico como alienante e retrógrado. Em outras palavras: o cristianismo, seja católico ou protestante, buscou homogeneizar o mundo buscando formas que se harmonizassem com certos valores modernos.

Imaginamos até as possíveis relações que localizaríamos se invertêssemos todo este raciocínio e dele tirássemos uma hipótese: a tradição unitarista e ortodoxa do cristianismo – sempre às voltas com a repressão ou cooptação de hereges – levou à cultura ocidental os valores da impessoalidade e a busca da homogeneização, que desaguaram em “movimentos” modernos, tais como: o Renascimento e a Reforma. Esta hipótese não será desenvolvida neste trabalho, posto que dele não faz parte. Porém, sabemos que o futuro da própria concepção da História Moderna prender-se-á a uma incontestante reposição de sua visão geral, quebrando, definitivamente, a mistificação renascentista do dualismo “razão/ luz X fé/ trevas”, ainda que aceite as peculiaridades renascentistas.

A Inquisição não foi uma “vontade do clero” contra a tendência geral da História, mas enraíza-se na demonologia, no desmitologizamento, no racionalismo, no desencantamento e até no absolutismo. A perseguição às práticas mágicas é uma forma muito eficiente de impor a nova ordem, centralizada por diversos grupos sociais. O absolutismo necessita introduzir sua autoridade sobre o cotidiano das pessoas e a Inquisição o apoiou nisso. Esta relação entre a Inquisição e o Direito Divino precisa ser melhor explorada em análise histórica futura.

Em função da boa relação com os monarcas em geral, salvo exceções, o Tribunal serve até como a “desculpa histórica” para o atraso português, principalmente no século XVIII, mas esta desculpa não passa de mais um pretexto para afastar-nos da compreensão e de uma maior aproximação deste tema/objeto de estudo. Partes da historiografia, da intelectualidade e da própria cultura moderna, buscam, na Santa Inquisição, o motivo retórico de sua ruptura com a Igreja Católica. A Inquisição é o “inimigo-monstro-obsuro”. No arquétipo do monstro visto, por exemplo, por uma psicologia durandiana, a narrativa dicotômica absolutizante é esperada, mas a sua transposição para o conhecimento científico é ridícula.

Além de uma dicotomização redutora na sua monstrificação infantil do Santo Ofício, há também a tese da não historicidade do Tribunal. Parece haver uma necessidade de fazer de conta que a Intolerância Religiosa não conviveu com o

²⁹ DURAND, G. *Ciência do homem e tradição: o novo espírito antropológico*. São Paulo: Trion, 2011.

Renascimento e com a Ilustração Iluminista. Num período de rupturas e de transição como a Idade Moderna, a Santa Inquisição pareceria, como indicamos, uma teimosa continuidade, um ente permanente, que transmite a falsa aparência de estagnação. Este alegado contraste com o “tempo histórico” é a base argumentativa da lenda negra. Vincula-se aí, quase inconscientemente, uma vaga noção escatológica de “*rupturas que teriam propiciado à humanidade um futuro melhor*”. Neste sentido, somos todos, queiramos ou não, marcados por um simplismo que vinculou longamente a ideia de *fé* com a de *alienação*, bem como a ideia de *razão* com a de *instrução/ libertação*. Deste simplismo, passa-se para o falso dualismo Inquisição X Modernidade. Propomos substituí-lo por noções agregadas a um dualismo universal e atemporal: *imanência X transcendência*. Ou, para explicitar melhor o nosso caminho, proporíamos esta noção dual: *desmitologizamento X imaginário*, onde o desmitologizamento estaria vinculado ao extremo impulso racionalizador que busca negar toda e qualquer “abstração do real”, cercando, selecionando e submetendo a imagem, seja transcendente ou simbólica ou ambas as coisas. Correndo-se um calculado risco redutor, imaginamos os dois últimos modelos opostos como formas didáticas para se inserir o tema da nostalgia do mito.

O mito fundador da Inquisição católica está consolidado em dois componentes valorativos mitológicos: um primeiro, essência do cristianismo, é resumido no ideal de “*Purificação do Mundo*”, tendo por base a necessidade de unificar a fé, derrotando os particularismos que a tornam multifacetada e, às vezes, antítese dela mesma. A morte, aqui, é purificadora da alma e salvífica, atitude diátrica que baseia a pena da fogueira inquisitorial. Esta componente, que qualificaríamos de “teológica”, complementa-se com outra, de ordem político-histórica, que vê a Igreja como uma instituição governante. Denominamos a outra componente como “*Nova Processualística Racionalizadora*”, que se inspira no mito da *razão redentora*, tão caro ao Ocidente. Há um aspecto contraditório entre estas duas componentes, posto que a racionalização do mundo radicalizada levou a cultura ocidental a uma superação eufemística da morte, que perde seu sentido cultural diante da ascese hedonista e prometeica da modernidade. Neste contexto, a força intolerante da pertinência cultural da Inquisição. O historiador português Francisco Bethencourt nos lembra que os inquisidores orgulhavam-se do nome Inquisição, pois a palavra carregava em si toda a expectativa do “avanço” racionalizador da processualística de seu tempo, em oposição à tradicional justiça medieval. A adoção da investigação pessoal, mesmo com o uso de critérios parcialmente recusados nos dias de hoje (raça, origem social, credo religioso, atos etc.), foi um “avanço” no sentido da criação de um *direito moderno*.

A racionalização que trouxe avanços no Direito cobrou seu preço. Uma certa nostalgia do mito caracteriza os inquisidores que estiveram imersos no processo de desmitologizamento de valores na Idade Moderna. A estes, homens dos tribunais ibéricos ou da justiça estatal francesa, por exemplo, deve ter sido – tudo indica – cada vez mais difícil sustentar, para eles próprios, a crença nos dois componentes fundadores do mito inquisitorial. Esta confluência se deduz facilmente do sentido dos discursos inquisitoriais presentes nos processos e numa mitanálise aproximativa da forma como os tribunais foram extintos em Portugal e na Espanha. A propalada Nova Processualística foi sendo ultrapassada pelos avanços do direito, até ser

tida como retrógrada e antagonista à própria justiça pelos mais diversos críticos do século XVIII. A Purificação do Mundo, por sua vez, deixou de ser crível a homens da fé que já não tinham a certeza de estarem protegendo uma crença agora tão desmitologizada. E, principalmente, os inquisidores foram lentamente desacreditando em bruxas, realizando um desmitologização das culpas, que passaram de algo que inspira medo (século XVI) para algo que inspira desprezo, sinônimo de ignorância ou falta da “luz do século” (século XVIII).

Das raízes ao esgotamento, a ação inquisitorial viveu a lenta supressão de uma mística em seu fundamento fundante original até a ascensão sobre ela do poder secular, traduzido em Portugal pela transformação do Tribunal da Inquisição em mais um tribunal régio, durante o período pombalino. Em boa parte da Europa, desta bacia semântica de “rupturas” míticas semelhantes, surgiu a *bruxomania*, pois o enfraquecimento mítico leva grupos humanos a uma ansiosa – às vezes desordenada – “vivência do mito” que está “enfraquecendo”, declinando ou sendo hegemônico por outrem. Esta vivência intensifica os valores míticos, mas, dialética e contraditoriamente, antecede sua derrocada. A milenar crença em bruxas foi seriamente abalada quando passou a “onda” da bruxomania. O “medo de bruxa” iria tornar-se a reminiscência festiva dos nossos dias.

Se não se pode falar em caça às bruxas no Império Português, pelo menos um movimento de mentalidades é inegável: o medo das bruxas cedeu lugar ao desprezo por elas, num requintado exercício mental. Este movimento de mentalidade envolveu o próprio Tribunal, que funcionava de forma muito distinta dos nossos tribunais atuais. Ou seja, não se tratava de uma “terceira instância”, equilibradamente distante dos lados em conflito. No caso da Inquisição, os juízes são parte do conflito, representam a instância julgadora e, ao mesmo tempo, portam-se como promotores. Esta simbiose foi outro dos fatores que levaram o Tribunal do Santo Ofício a entrar em derrocada junto com a crise de suas duas principais fontes processuais: a acusação de criptojudaísmo e a crença em práticas mágicas. Levando este raciocínio adiante, concluiremos que o fim do Tribunal esteve diretamente ligado ao seu desmitologização.

Note-se que a percepção deste movimento de mentalidade recoloca o próprio “status” científico dos documentos processuais inquisitoriais, que passam, então, a ser fonte para o estudo – possivelmente exclusivo – da própria mentalidade inquisitorial e não (apenas?) da História social. A própria Inquisição imputou aos mágicos e feiticeiros os princípios maniqueístas que ela criou. A intolerância, tida como civilizadora – no sentido de associada à busca de predomínio, tantas vezes violento, da civilização cristã diante da heresia – na Idade Média, tornou-se infamante na segunda metade da Idade Moderna. No ambiente de medo obsidional de que nos fala Delumeau³⁰, perseguir a bruxa é um ato de defesa e de resguardo civilizatório, mas, com a mentalidade de desprezo que ascendeu no século XVII, a perseguição tornou-se infâmia consciente ou, pelo menos, sabida.

Naquele momento – em plena Idade Moderna –, a Santa Inquisição já vinha perdendo a sua original conexão com a “função” social da fé, típica de sua origem medieval. Ao opor-se aos hereges, a instituição realizava um preceito essencial que

³⁰ DELUMEAU, *História do medo no ocidente*.

é “(...) a transmutação simbólica do ser em dever-ser que a religião cristã opera, segundo Nietzsche, ao propor a esperança de um mundo subvertido onde os últimos serão os primeiros, e ao transformar ao mesmo tempo os estigmas visíveis (...) em sinais anunciadores da eleição religiosa”³¹. No final do século XVII e ao longo do século XVIII, o Tribunal português – possivelmente também o espanhol – já não vivenciava qualquer experiência simbólica qualitativa que não fosse marcada pelo esgotamento do caminho hermeneuticamente redutor que tomara desde os seus primórdios. É possível que tenha chegado a abster-se quase totalmente dos seus símbolos e imagens inspiradoras, como podemos deduzir do processos de prisioneiros oitocentistas. No episódio do terremoto de Lisboa, por exemplo, os inquisidores lusitanos podem ter vivido a última tentativa de recriação simbólica, prendendo e queimando Gabriel Malagrida e o Cavaleiro de Oliveira (este último em efígie) numa inversão curiosa; os réus eram acusados de terem atribuído o fenômeno do terremoto à fúria divina, quando – para o Tribunal – tratara-se de um fenômeno natural, como ensinava a Ilustração Iluminista pela pedagogia da razão empírica...

A perda do paradigma fundante pode estar ligada à ascensão de uma certa corrente teológica dentro da Igreja. Neste longo percurso de desencantamento e desmitologizamento, a Inquisição bebeu da clericalmente empoderada fonte tomista. Para se ter uma ideia da influência do pensamento de Tomás de Aquino, buscamos o trecho de uma palestra de um seu seguidor brasileiro, o jesuíta Francisco Fraga, proferida em 1747 no Colégio do Rio de Janeiro. Entre suas conclusões metafísicas, há uma que ilustra bem a luta entre o *místico* e o *imane*nte – ou *natural*, no dizer da época – e que se intitula *O Ser Divino enquanto considerado pela razão natural*, onde o religioso afirma:

*Estabelecemos: 1. Que a existência de Deus é demonstrável pela razão natural, a posteriori, como atesta qualquer criatura, contra a insânia dos ateus. Estabelecemos: 2. Que tal existência pode ser demonstrada, não apenas a posteriori, mas ainda quase a priori pela Idéia do Ser Ótimo ou sumamente Perfeito.*³²

Em outro documento histórico, a *Ratio Studiorum*, a proximidade entre a lógica cerceadora da Inquisição e a prática tomista proposta para disciplinar os estudos teológicos em conventos católicos, fica patente em algumas regras didáticas para o dia-a-dia escolar³³: a primeira era de que os livros que estariam ao alcance dos estudantes seriam apenas a Suma Teológica, de Santo Tomás, e a obra de Aristóteles, proibindo-se os demais; uma segunda regra determinava que os autores que interpretassem Aristóteles, utilizando fórmulas desaprovadas pela Igreja, “*não sejam lidos nem mencionados na escola*” e, enfim, mesmo que o professor discordasse em alguma questão do pensamento tomista, “*antes defenda o professor a opinião de Santo Tomás ou omita a própria questão*”.

³¹ BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 86.

³² CAMPOS, F. A. *Tomismo no Brasil*. São Paulo: Editora Paulus, 1998, p. 42.

³³ CAMPOS, *Tomismo no Brasil*, p. 34-35.

Tentando conciliar a mística católica com uma visão “natural” e racional do mundo, o tomismo, da mesma forma que a Inquisição Moderna, favoreceu a consolidação das “hierarquias terrenas” – o clero – em detrimento das “hierarquias celestes”. Como afirma Ivone Gebara,

*Acontece que o mundo da religião nas suas instâncias organizativas é mundo que busca a estabilidade, que busca também se fortalecer com a adesão de adeptos, que busca se impor utilizando um poder chamado ‘espiritual’. Teme o movimento, a real relatividade das coisas, sua fragilidade, sua finitude, sua mudança inerente aos processos vitais.*³⁴

O afastamento do místico levou a um atribulado sentimento de nostalgia. A influência tomista auxilia-nos a visualizar o desmitologizamento em sua faceta intolerante. Como estamos analisando um tema da Idade Moderna, todo um pejo de preconceitos evolucionistas aflora para sustentar a ideia mecanicista de que o moderno e, depois, a própria modernidade, teriam sido uma “oposição” às trevas da fé. Vemos, entretanto, que o desmitologizamento modernizador foi, ele mesma, associado a diversas formas de intolerância, inclusive a Inquisição. Moderno e intolerante são adjetivos muitas vezes confluentes.

O contexto simbólico da Igreja Católica à época deve ser anotado. Temos, então, uma disputa pela prevalência simbólica entre a tradição cristã tendencialmente gnóstica e a teologização racionalizadora implementada pelo clero. Entretanto, a hegemonia de “racionalistas mundanos”, como Tomás, Alberto Magno e Francisco Sales não impediu a existência de místicos como São João da Cruz e Santa Tereza d’Ávila. Magno, aliás, foi o mentor intelectual de Tomás, tendo admitido a separação entre a esfera teológica e a esfera racional. Já Tomás foi educado por beneditinos, mas tornou-se dominicano. Sua influência tornou-se maior após a sua morte (1274). Em 1567 foi declarado doutor da Igreja pelo papa Pio V, em plena contrarreforma. Em 1879, Leão XIII deu início a um forte movimento racionalizador ao determinar em Encíclica o fortalecimento dos estudos e princípios tomistas.

Pelo lado da tradição, neste mesmo período, a Igreja conviveu contraditoriamente com a manutenção de uma tradição mística que se expressou na vida *exemplar* dos amigos João da Cruz e Tereza, do século XVI. João participou da fundação da ordem dos carmelitas descalços e escreveu famosos poemas místicos. Tereza, que foi carmelita, teve uma vida atribulada, mas fundou dezenas de conventos, onde a vida na pobreza devia se prolongar com uma atividade de preces mentais diárias. As freiras e os frades descalços tiveram forte resistência dos “calçados” antes de se firmar a divisão em dois ramos da mesma ordem. A própria divisão, aliás, é significativa do papel secundário a que ficaram relegados os místicos católicos. Importante notar que a vida dos católicos místicos costuma acompanhar-se de uma opção pela pobreza, recusando-se, assim, indiretamente, a aproximação da Igreja com o poder mundano.

Enfim, com a participação velada ou explícita da Inquisição, toda uma tradição

³⁴ GEBARA, I. *Trindade, palavra sobre coisas velhas e novas: uma perspectiva ecofeminista*. São Paulo: Paulinas, 1994, p. 31-32.

epifânica foi sendo deixada de lado em troca de um hábito racionalista da fé. A maior interessada neste processo é a própria hierarquia clerical, que mantém forte controle da ortodoxia no ambiente intelectualizado do tomismo ou de formas outras de desmitologizamento. Quando a fé tem inspiração mística, mas o clero alega ser a intermediação divina, torna-se difícil impor hierarquias mundanas rígidas num cotidiano que pode tornar-se pouco disciplinável. Um exemplo destes saltos desmistificadores está na própria descrença inquisitorial em bruxas no último século e meio da Inquisição. A bruxa é uma inversão do culto mariano: é a Virgem Maria às avessas! De forma semelhante, o *sabat* é a Missa invertida. Ao recusar e desprezar o feitiço, o inquisidor está desqualificando a componente oposta deste jogo contraditorial que vem a ser a própria fé católica. Desprezar a bruxa implica, por exemplo, desprezar Maria, sua oponente. O fracasso da análise demolidora que faz a “lenda negra” da historiografia inquisitorial pode estar exatamente em não ter percebido esta complementaridade. Enveredamos por um outro caminho, fora das duas “lendas historiográficas”, buscando o imaginário profundo dos “homens da fé”. Este trabalho é parte deste terceiro trajeto historiográfico que buscamos trilhar.



RESUMO

O *aggiornamento* diz muito da contemporaneidade, assim como o *Desencantamento do Mundo* em Weber nos diz da *Civilização do Renascimento e da Ilustração Iluminista* como consolidadores sistêmicos da redução da imagem a “louca da casa”, sedimento de alienação e irracionalismos. Buscamos um conceito ou noção que aponte a longevidade histórica desta violência mítica – um tanto heroica, uraniana e diáiretia – que exilou os mitos da tradição em benefício dos mitos do *aggiornamento*, filhos da soberba do racionalismo com o cientificismo... A noção metanoica que propomos é a de *Desmitologização de Valores* [Na língua portuguesa, a terminação “mento” representa um ato realizado, terminado, o que traduz bem a intencionalidade cultural dos atores históricos que buscam mitigar o mito e paralisar a imagem em nome da soberba racionalista.] O termo *desmitologização* aponta seguro para o movimento de mentalidade que busca desconhecer o mito como fundamento biopsicossocial, reduzindo suas narrativas a meras classificações psicóides. O termo *valores* é weberiano. Refere-se aos conjuntos de valores constelados pela cultura como basilares, em geral ascetes do tempo mundano, tantas vezes afirmadores do poder das hierarquias terrenas diante da magnitude deliberadamente ignorada das hierarquias celestes. A Inquisição resume em si aspectos determinantes deste processo desmitologizador. Daí nosso estudo sobre ela.

Palavras Chave: Inquisição; Imaginário; Desmitologização; Desencantamento.

ABSTRACT

The *aggiornamento* says a lot about contemporaneity, as well as the disenchantment of the world from Weber, which tells us about *Renaissance Civilization and Illuminist Illustration* as a systemic consolidative in the reduction of the image of the “stark mad”, sediment of alienation and irrationalities. We search for a concept or notion that points out the historical longevity of this mythical violence – somewhat heroic, uranian and diaretic – that exiled the myths of tradition in favour of *aggiornamento's* myths, sons of rationalism's arrogance with the scientism... The metanoic notion that we propose is that of *Dismythologization of Values* [In Portuguese language, the end “gizement” represents a consummated act, finished. That translates well the cultural intentionality of historical actors that look for mitigate the myth and paralyse the image in the name of the rationalist arrogant.] The term *dismythologization* points out safely to the movement of mentality that searches for not to recognize the myth as a biopsychosocial foundation, reducing its narratives to mere psychoides classifications. The term *values* is weberian. It refers to collections of values constellationed by culture as basilars, in general ascetic of worldly time, so many times affirmative of earthly hierarchies' power in face of the magnitude deliberately ignored of celestial hierarchies. Inquisition sums up in itself determining aspects of this dismythologizing process. So our study about it.

Keywords: Inquisition; Imaginary; Dismythologization; Disenchantment.

Artigo recebido em 13 fev. 2014.

Aprovado em 18 abr. 2014.